



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA

LEI Nº. 263/ 2001 de 15 de janeiro de 2001.

### "Dispõe sobre a criação do Conselho de Alimentação Escolar - C.A.E."

Jonas Dias Batista, Projeto Municipal de Ribeira, Estado de São Paulo -no uso de suas atribuições legais e com arrimo na medida Provisória nº 1979-19 e suas edições posteriores, faz saber que:

A Câmara Municipal aprovou e, eu, sanciono a seguinte lei;

Art.1º-Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, para atuar nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art.2º-Compete ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

- I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- II - elaborar o regimento Interno do CAE;
- III - Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- IV - promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do PNAE quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da alimentação escolar;
- V - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- VI-realizar estudos e pesquisas de impacto da alimentação escolar, entre outros interesses deste Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- VII - acompanhar e avaliar o serviço da alimentação escolar nas escolas;
- VIII - apreciar e votar, em sessão aberta ao público, o Plano de Ação da Prefeitura quanto à aplicação dos recursos para o PNAE, bem como a prestação de contas a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo;
- IX - colaborar na apuração de denúncias sobre irregularidade no PNAE;
- X - apresentar à Prefeitura Municipal proposta a recomendações sobre a prestação de serviços de alimentação escolar no município, adequadas à realidade local e às diretrizes de atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - CAE;
- XI - divulgar a atuação do CAE como organismo de controle social e de apoio à gestão municipalizada do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- XII - Zelar pela efetivação e consolidação da descentralização do Programa Nacional da Alimentação Escolar, no âmbito deste município.

Art.3º-O Conselho de Alimentação Escolar - CAE - terá a seguinte composição:

- I - um representante do Poder Executivo indicado pelo chefe desse poder;
- II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela mesa Diretora desse Poder;
- III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;
- IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidade similares;
- V - um representante de outro segmento da sociedade local.

P.1º-Cada membro titular terá um suplente da mesma categoria representada.